

PATRIMÔNIO MCASP
FINANÇAS PÚBLICAS
LRF DESPESAS
CONTRATOS MATERIAL CONSUMO
CONTABILIDADE PÚBLICA
RELATÓRIO GOVERNO FEDERAL MCASP ORÇAMENTO BENS
MCASP FINANÇAS PÚBLICAS PAT
BENS CONTRATOS DESP
MATERIAL CONSUMO GOVERNO FEDI
CONTABILIDADE PÚBLICA DESPESAS ORÇAMENTO MCASP
ERAL DESPESAS LRF PATRIMÔNIO RELATÓRIO



Relatório Mensal de Execução e Controle

Contábil, Orçamentário, Financeiro e Patrimonial



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

RMEC
RELATÓRIO MENSAL
DE EXECUÇÃO E CONTROLE
Contábil, Orçamentário, Financeiro
e Patrimonial.

Janeiro a Março
de 2016

João Pessoa, março de 2016



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca do IFPB, *campus* João Pessoa.

I597

Instituto Federal da Paraíba – campus João Pessoa.
Departamento de Orçamento de Finanças. Coordenação de
Contabilidade.

Relatório mensal de execução e controle contábil,
orçamentário, financeiro e patrimonial – do campus João
Pessoa / Kleber C. Marques Neto (organização). – 2016.

Trimestral: janeiro a março

1. Contabilidade Pública. 2. Orçamento e Finanças 3.
Transparência do Gasto.

CDU 657



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

DIRETOR GERAL

Neilor Cesar dos Santos

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Maria Cleidenédia de Moraes Oliveira

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Josué Santos Silva

COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Josivan Couras Bezerra Silva

COORDENAÇÃO DA CONTABILIDADE

Kleber C. Marques Neto

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E EFICIÊNCIA DO GASTO

Nilma Maria Fernandes

COORDENAÇÃO DE DIÁRIAS

Kolmar Kafran

EQUIPE TÉCNICA

Helena Lima de Moura – Orçamento

Josivan Couras Bezerra Silva – Execução Financeira

Josué Santos Silva – Execução Financeira

Kleber C. Marques Neto – Contabilidade

Kolmar Kafran – Diárias

Luciano Oliveira Sousa – Contabilidade

Nilma Maria Fernandes – Orçamento

ORGANIZAÇÃO, EDIÇÃO E ELABORAÇÃO

Kleber C. Marques Neto

CAPA

José Nivaldo Fonseca Junior – Programador Visual do IFRN



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Sumário

I.	Apresentação	5
	1. Situação Orçamentária Resumida	5
	2. Despesas Empenhadas, Liquidadas a pagar e Pagas por Ação	8
	3. Despesas Empenhadas, Liquidadas a pagar e Pagas por Ação e Plano Interno.....	9
	4. Despesas Empenhadas, Liquidadas a pagar e Pagas por Ação e Natureza de Despesa	9
	5. Despesas Liquidadas a Pagar	11
	6. Bens Imóveis.....	12
	7. Contratos.....	13
	8. Bens Móveis	15
	9. Material de Consumo	15
	10. Avaliação dos Restos a Pagar	16
	11. Reconhecimento de Passivos	20
	12. Diárias.....	21
	12. Conformidade Contábil	21
	14. Base Legal.....	23
II.	Anexos.....	24



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

I. Apresentação

O Campus João Pessoa do IFPB tem a maior representatividade orçamentária do órgão, no Estado da Paraíba e desde 2011, esse campus trabalha formas para fornecer mais transparência, eficiência e incentivar a participação da comunidade interna a acompanhar a gestão do orçamento e dos gastos ocorridos na unidade. Dentro desse processo, a partir de 2012 que o DOF – Departamento de Orçamento e Finanças em conjunto com as de Coordenação Planejamento e de Contabilidade efetua ações pontuais que tem como maior desafio tentar aproximar as Demonstrações Contábeis a realidade da situação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.

Já em 2015, com a implantação de um "Novo de Modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público" que tem como objetivo convergir às práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com as mudanças implementadas pelo Tesouro Nacional, a contabilidade pública passa a seguir os padrões internacionais, onde, o objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, deixando de lado o padrão histórico, onde o foco era o orçamento público. Foi quando idealizamos o relatório RMEC, no início o relatório era de publicação mensal, agora passará a publicações trimestrais. O RMEC tem como principais objetivos:

- a) evidenciar para os gestores, para sociedade e demais usuários internos ou externos, a realidade contábil, patrimonial, orçamentária e financeira da Instituição, através de relatórios periódicos com transparência e efetividade, auxiliando a boa governança e a gestão dos recursos públicos.
- b) zelar pela aplicação efetiva dos Princípios Contábeis, do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, das NBCASP – Normas Brasileiras de Contratilidade Aplicada ao Setor Público, e das demais legislações e normas que regem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no País.
- c) Assessorar a Gestão do Campus João Pessoa com informações sobre a realidade contábil, patrimonial, orçamentária e financeira, para facilitar a tomada de decisões

1. Situação Orçamentária Resumida

Apresentamos aqui, de forma resumida como está à situação da execução orçamentaria da unidade. A seguir conceituaremos cada item apresentado.

Provisão recebida: Valores referentes aos créditos orçamentários, autorizados por Lei e recebidos pela unidade gestora (campus) até o momento.

Provisão Concedida: Valores referentes aos créditos orçamentários, autorizados por Lei e recebidos pela unidade gestora (campus) e repassado a uma outra unidade gestora (Campus) .

Despesas empenhadas: Valores dos créditos orçamentários que estão comprometidos (empenhado) até o momento, do total que foi recebido através de provisão.

Despesas Pré-empenhadas: É o registro o crédito orçamentário pré-compromissado, para atender objetivo específico, nos casos em que a despesa será realizada.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Restos a pagar não Processados Inscritos: Valor dos créditos orçamentários que estão comprometidos (empenhados) até o momento, porém refere-se à despesa do exercício do ano anterior (2014), mas que ainda não foram pagos porque o fornecedor não entregou o material/serviço.

Despesas Pagas: Valores efetivamente pagos no exercício.

Despesas empenhadas a liquidar: Valores dos créditos orçamentários comprometidos (empenhado) no exercício, mas que ainda não foram pagos porque o fornecedor não entregou o material/serviço.

Restos a pagar não processados reinscritos: Valores dos créditos orçamentários que estão comprometidos (empenhados) até o momento, porém refere-se a despesa do exercício de anos anteriores a 2015, mas que ainda não foram pagos porque o fornecedor não entregou o material/serviço.

Despesas liquidadas a pagar: Representa o valor dos créditos orçamentários que estão aguardando a chegada de recursos financeiros para pagamento de fornecedores de bens ou serviços.

Crédito disponível: Representam os valores dos créditos orçamentários que ainda não foram alocados.

Chamamos à atenção para a coluna *Despesas Liquidadas a Pagar*, que representa os valores do exercício, que estão aguardando recursos financeiros para serem pagos.

O orçamento previsto para o exercício 2016 para o campus João Pessoa é de R\$ 34.968.989 dividido nas seguintes ações.

Ação 20RL – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Descrição: Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional

Descrição: Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.

Ação 4572 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional

Descrição: Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Proporcionar aos docentes e profissionais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Gestores, Técnico-Administrativo, etc.), oportunidade de capacitação, visando à melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional implementada diretamente pela unidade responsável pelo desenvolvimento da ação.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

O IFPB recebeu o crédito orçamentário após a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA e foi descentralizado pelo MEC – Ministério da Educação. O orçamento previsto para o exercício 2016 para o campus João Pessoa é de R\$ 24.152.484,00 dividido nas seguintes ações:

Código da Ação	Valor Aprovado para IFPB – Campus João Pessoa	% em relação ao Total
20RL	17.443.509	72%
4572	906.469	4%
2994	5.802.506	24%
Total	24.152.484	100%

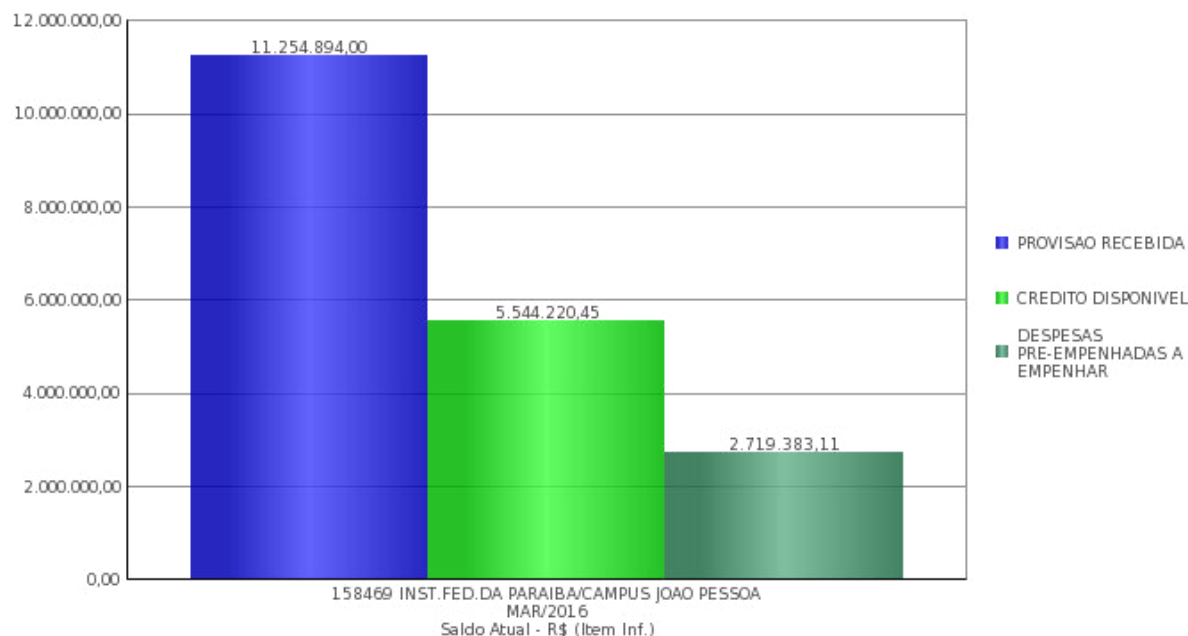
Devido à crise que o Brasil está passando, como também pelos normativos publicados para ajustes no orçamento, orientando gastos, pagamentos, contratações e despesas em geral e no intuito de diminuir o impacto da dívida pública. Podemos citar:

- Decreto 8.540 de 09/10/2015 que estabeleceu medidas de racionalização do gasto público, solicitando redução de 20% dos contratos;
- Decreto 8.670 de 12/02/2016 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, inclusive estabelecendo o cronograma mensal de desembolso
- Portaria nº 67 de 01/03/2016 – MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Diante do exposto, ainda estamos na confirmação dos percentuais de cortes tomando como base o valor de R\$ 24.152.484,00, visto que ainda estamos recebendo os valores parcelados, não tendo recebido o crédito orçamentário total para o exercício de 2016.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade



2. Despesas Empenhadas, Liquidas a pagar e Pagas por Ação

De forma consolidada, observam-se todas as ações executadas no campus durante esse exercício, desde o recebimento da provisão até as despesas pagas.

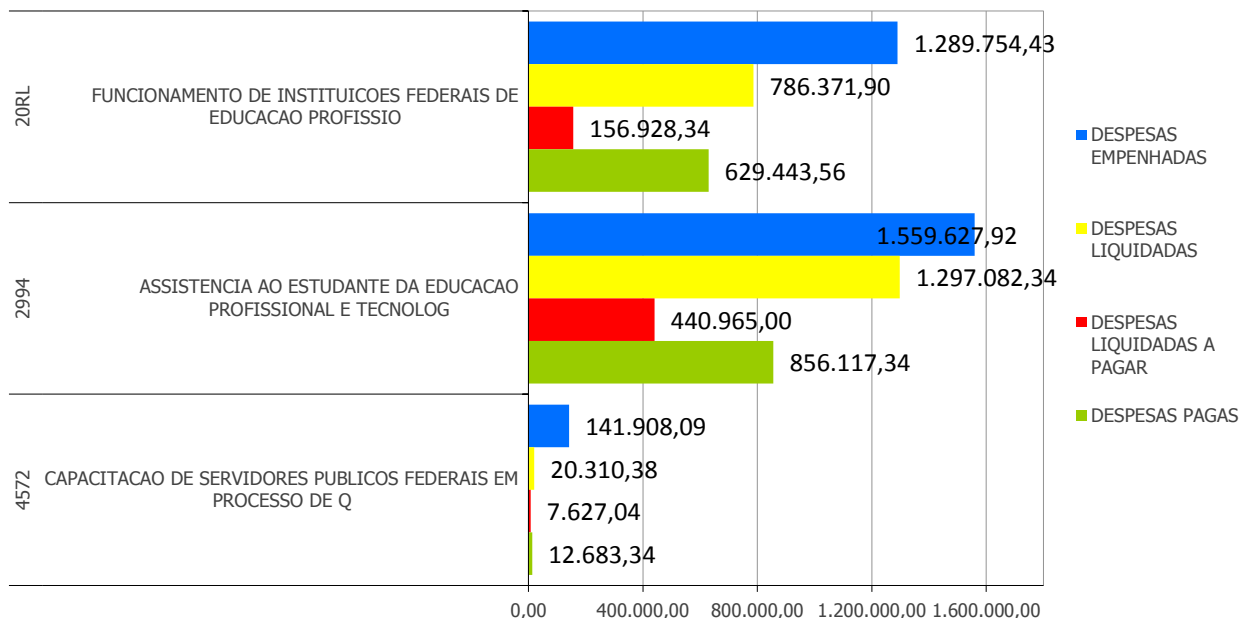
As ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos, dentre outros. As ações, conforme suas características, podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais.

As ações são específicas, não sendo permitido o remanejamento de recursos entre elas. Dessa forma, os recursos recebidos em determinada ação de governo, caso não sejam aplicados em totalidade serão devolvidos antes do fim do exercício. Da mesma forma, se uma ação for mal dimensionada e faltar recursos no decorrer do exercício, não será possível a utilização de recurso de outra ação.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

1. Despesas Empenhadas, Liquidadas a pagar e Pagas por Ação



Ação Governo		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
20RL	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	1.289.754,43	786.371,90	156.928,34	629.443,56
2994	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOG	1.559.627,92	1.297.082,34	440.965,00	856.117,34
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	141.908,09	20.310,38	7.627,04	12.683,34
Total		2.991.290,44	2.103.764,62	605.520,38	1.498.244,24

3. Despesas Empenhadas, Liquidadas a pagar e Pagas por Ação e Plano Interno.

De forma detalhada por Ação e Plano Interno, observam-se todas as ações executadas em nosso campus no durante o exercício, desde o recebimento da provisão até as despesas pagas. Com detalhes para os PI – Planos Internos.

O Plano Interno é um instrumento de planejamento, que permite o detalhamento pormenorizado de dotações orçamentárias para atender ao acompanhamento gerencial interno da execução orçamentária de uma programação. A relação completa dos gastos é apresentada nos anexos. Vide relatório detalhado nos anexos.

4. Despesas Empenhadas, Liquidadas a pagar e Pagas por Ação e Natureza de Despesa

De forma detalhada, por Ação e Natureza da Despesas, observam-se todas as ações executadas em nosso campus no durante o exercício, desde o recebimento da provisão até as despesas pagas. A despesa, assim como a receita, é classificada em duas Categorias Econômicas, com os seguintes códigos:

- 3. *Despesas Correntes*: Classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

– 4. *Despesas de Capital*: Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Temos ainda o *Grupo da Natureza da Despesa (GND)* que é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. Nas ações executadas, no campus, temos apenas os *Grupos 3 - Outras Despesas Correntes e 4 – Investimentos*.

Outras Despesas Correntes: Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica “Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Investimentos: Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Vide relatório detalhado nos anexos.

Atualmente, um dos gastos mais relevantes da instituição são os gastos da Ação de Governo com a assistência ao estudante, que chegam à casa dos 24% do orçamento total anual da instituição. No Campus João Pessoa, a maioria dessas ações são transferências de recursos financeiros diretamente ao aluno.

Diante da representatividade do valor, não poderíamos deixar de acompanhar os resultados atingidos com a realização desses gastos e apresentaremos de forma gráfica, assim como também em planilhas, nos anexos, como estão distribuídos os gastos efetivamente pagos, com a Ação de assistência estudantil no campus João Pessoa:

Tipo de Auxílio	Valor total Pago R\$
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	507.201,00
AUXILIO TRANSPORTE	178.985,00
AUXILIO MORADIA	121.124,92
BOLSA DO PROEJA	34.269,00
AJUDA DE CUSTO PARA ESTUDANTES	10.349,92
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	4.187,50
Total	856.117,34

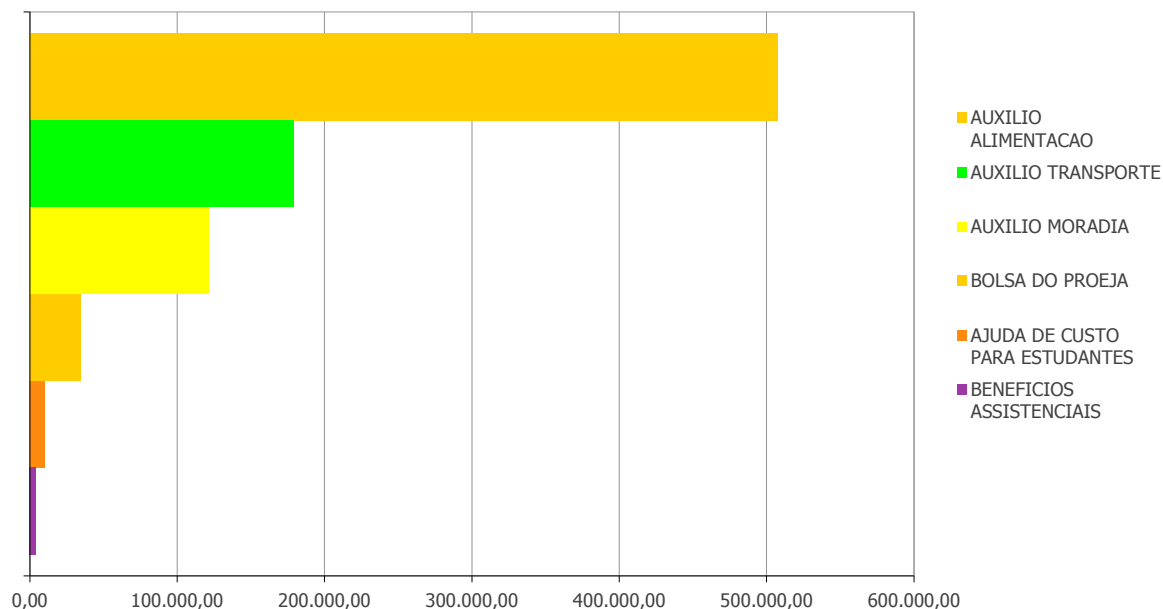
Solicitamos ao DAE – Departamento de Assistência Estudantil, em out/2015, através do memorando nº167 /DAP/DOFCCONT/ e através do memorando nº 185 DAP/DOF/CCONT, em 05/nov/2015 que mensalmente, a CCONT deveria ser informada de quantos alunos são beneficiados com os auxílios pagos pelo IFPB – Campus João Pessoa. Naquela oportunidade também foi informado o que determina o artigo 26, da Lei 10.180/2001, que nenhum documento poderá ser sonogado aos servidores do Sistema Federal de Contabilidade, no exercício de sua profissão. Mas até o encerramento dessa edição a Coordenação de Contabilidade não havia recebido as informações referentes ao primeiro trimestre de 2016 e nem os meses anteriores, referente ao encerramento do exercício de 2015.

Essas informações são de extrema importância para apurar os custos, a eficiência e eficácia do gasto público.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Despesas E L P Ação 2994



Tipo de Auxílio	Quantidade de Alunos Atendidos
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	Não informado pelo DAE
AUXILIO TRANSPORTE	Não informado pelo DAE
AUXILIO MORADIA	Não informado pelo DAE
BOLSA DO PROEJA	Não informado pelo DAE
AJUDA DE CUSTO PARA ESTUDANTES	Não informado pelo DAE
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	Não informado pelo DAE
Total	Não informado pelo DAE

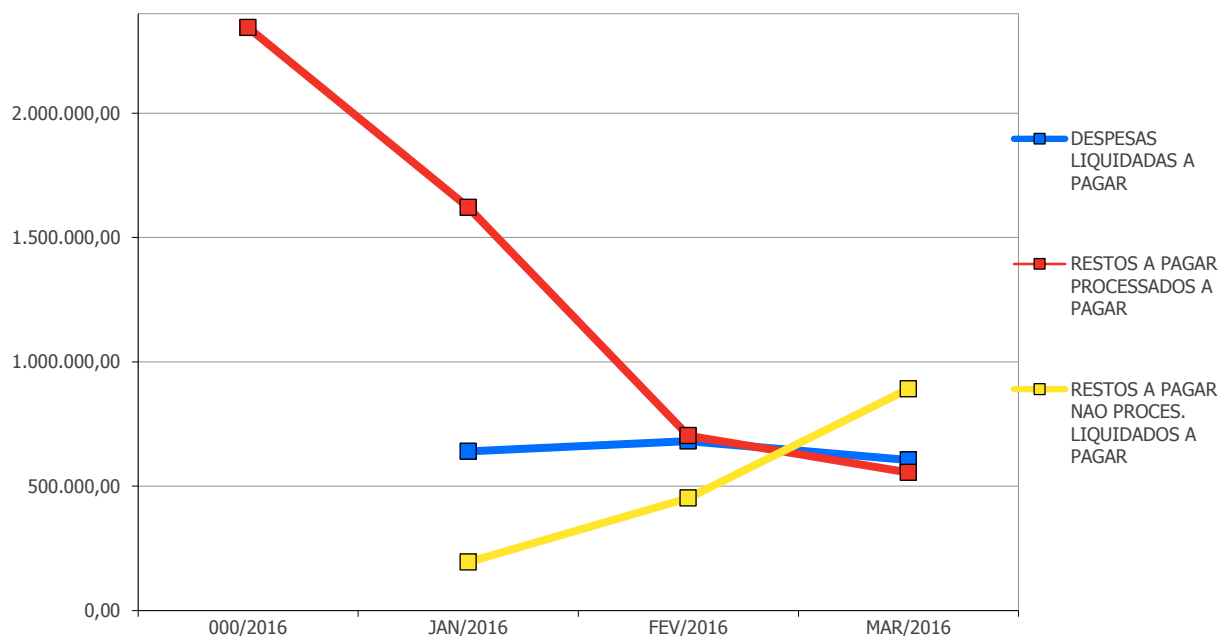
5. Despesas Liquidadas a Pagar

Apresenta uma relação de despesas do exercício e de restos a pagar, detalhadas por ação de governo, que estão aptas a pagamento (liquidadas) e não foram pagas por falta de repasse de recursos financeiros, representa o endividamento em curto prazo da instituição.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Despesas Liquidadas a Pagar



Mês Lançamento	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR NÃO PROCES. LIQUIDADOS A PAGAR	Total
000/2016		2.343.710,69		2.343.710,69
JAN/2016	640.070,05	1.621.036,07	194.077,69	2.455.183,81
FEV/2016	680.296,24	703.223,68	451.746,95	1.835.266,87
MAR/2016	605.520,38	554.401,40	891.038,76	2.050.960,54
Total	1.925.886,67	5.222.371,84	1.536.863,40	8.685.121,91

Os valores relacionados no campo “Mês 00/2016” refere-se a virada do exercício, ou seja, a instituição virou o exercício 2015/2016 com R\$2,3 milhões de Reais em valores a pagar que estavam aguardando recursos financeiros.

6. Bens Imóveis

Apresenta a relação das contas contábeis de controle, onde estão contabilizados os prédios, imóveis, de responsabilidade dessa instituição assim como as obras em andamento no Campus,

Chamamos a atenção para a conta Obras em andamento, 12.321.06.01, onde o saldo atual é de R\$15.353.183,63. Desse valor, apenas R\$1,3 milhões são obras de responsabilidade do campus João Pessoa, a diferença, R\$14 milhões referem-se a obras de outros *campis* que estão alocadas nas contas do campus João Pessoa indevidamente.

Ficou acordado em Reunião entre a PRA, DAP, Departamento de Contabilidade da Reitoria e Contabilidade do Campus, que os saldos não pertencentes aos outros *campis*, a princípio seriam transferidos para a Reitoria, para análise e posterior transferência para o *campus* de origem, mas até o momento os saldos não foram transferidos.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Com a colaboração da Diretoria de obras da Reitoria, que apresentou os termos de encerramento das obras, e elaborou relatórios técnicos com acervo fotográfico para complementar a comprovação da entrega das obras. A Coordenação da Contabilidade procedeu com o registro da baixa de 10 (dez) obras que constavam como obras em aberto, mas, estavam encerradas. A regularização total foi no valor de R\$1.766.010,40 conforme relação abaixo.

Conta Contábil	Código	Obra	Valor Baixado R\$	
EDIFÍCIOS	123210202	999	Diversas obras	227.048,18
		IM0032010	Bloco de mecânica Campus João Pessoa	245.451,80
		IM0902008	Bloco de Telecomunicações do Campus J. Pessoa	233.844,54
		Total		706.344,52
IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	123210207	999		131.405,32
		Total		131.405,32
OBRAS EM ANDAMENTO	123210601	IM0022006	Galpão da Marcenaria do Campus João Pessoa	115.786,73
		IM0032008	Abrigo de resíduos sólidos	12.976,03
		IM0462010	Pavimento superior do bloco de design	710.620,20
		IM0602009	Quadra de futebol campus João Pessoa	7.734,93
		IM0782007	Ginásio I do Campus João Pessoa	74.002,45
		IM1162009	Rede de esgotos do NACE Campus João Pessoa	3.120,52
		IM6912007	Abrigo para estação de tratamento de água	4.019,70
Total		928.260,56		
Total			1.766.010,40	

Outro ponto relevante no período foi à reavaliação do imóvel do Campus João Pessoa. O procedimento de reavaliação, conforme a Coordenação de Obras de Engenharia, através do processo de número 23381.000801.2016-17, aberto pelo Departamento de Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais da Reitoria, o Campus João Pessoa foi reavaliado para R\$ 53.121.549,22 (*cinquenta e três milhões cento e vinte um mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte dois centavos*). O valor da reavaliação foi registrado pela Coordenação da Contabilidade e gerou uma VPA – Variação Patrimonial Aumentativa, relativa à reavaliação de ativos no valor de R\$ 12.227.158,47 (*doze milhões duzentos e vinte sete, cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos*), que está demonstrada nas demonstrações contábeis da unidade.

Mensalmente a Coordenação da Contabilidade deveria receber da Coordenação de Patrimônio um relatório emitido pelo sistema de controle patrimonial (SUAP) e pelo SpiuNet, com os valores registrados de cada imóvel de responsabilidade da unidade. Mas o sistema de controle patrimonial (SUAP), até o momento, não é capaz de emitir esse tipo de informação.

A falta dessa informação vem de encontro às boas práticas orientadas pelo MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e pelas NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, por isso, devem ser registradas na Conformidade Contábil mensal da unidade e ao final do exercício apontadas no Relatório de Gestão do órgão.

7. Contratos

Apresenta a relação de contas contábeis de controle dos contratos em execução no Campus. Nessas contas deveríamos observar a movimentação dos contratos em vigor no Campus. Porém, como pode ser observado, comparando com os relatórios anteriores, o saldo se manteve estável durante todo o exercício de 2015 e no primeiro trimestre de 2016.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Observa-se, ainda, a existência de contratos encerrados e que ainda constam nessa relação como vigentes, assim como podemos observar a ausência de contratos que estão em execução e não constam nos registros contábeis.

A Coordenação de Contabilidade já fez várias ações na tentativa de regularizar a situação, como por exemplo, através de memorandos (050/2015, 026/2015 e 02/2015), que solicitou a Coordenação de Contratos e Convênios que se pronunciasse com relação aos contratos que já foram encerrados e aos contratos que não estão contabilizados no SIAFI para que, de posse dessa informação, a Contabilidade possa proceder com as baixas/ registros desses contratos. Também foi recomendado que a Coordenação de Contratos passasse a registrar os novos contratos diretamente no SIASG, porém, até o momento nenhum dos procedimentos solicitados foi providenciado.

Ressaltamos que o registro dos contratos, assim como a falta dele, já foi objeto de análise pela Auditoria Interna do IFPB e recentemente, questionada no ultimo relatório de Gestão que fora apresentado ao TCU.

No exercício de 2016, a Coordenação de Contabilidade tornou a solicitar as informações, através do Processo 23326.001909.2016-83 de 09 de março de 2016 e visando facilitar a coleta das informações necessárias ao registro contábil dos contratos a Coordenação de Contabilidade elaborou um formulário que foi encaminhado a Coordenação de Contratos para preenchimento.

Formulário para Identificação e Registro/Baixa dos Contratos			
EMPRESA / CONTRATO			
OBJETO DO CONTRATO			
CNPJ	Valor Total R\$	Data de início	Data de Término
Saldo em R\$ das Parcelas a Vencer em 2016	Valor das Parcelas em R\$	Número de parcelas em aberto	Número de parcelas Pagas
Situação do Contrato:		VIGENTE ()	ENCERRADO ()
Contrato foi cadastrado no SIASG?		SIM ()	NÃO ()
As medições/cronogramas foram lançadas no SIASG?		SIM ()	NÃO ()
Com base nas informações acima, solicitamos a Coordenação de Contabilidade que proceda ao seguinte registro conforme assinalado abaixo:			
ASSINATURA DE CONTRATOS		REGISTRO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE DESPESA	
REGISTRO DA BAIXA DE CONTRATO DE DESPESA		ASSINATURA DE CONTRATOS DE RECEITA	
REGISTRO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE RECEITA		REGISTRO DA BAIXA DE CONTRATO DE RECEITA	
Estaremos à disposição para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. Informamos que toda a documentação que amparam essas informações estão sob a guarda da Coordenação de Contratos, e disponibilizaremos caso seja necessário.			



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

A falta dessa informação vem de encontro às boas práticas orientadas pelo MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e pelas NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, por isso, devem ser registradas na Conformidade Contábil mensal da unidade e ao final do exercício apontadas no Relatório de Gestão do órgão. Vide relatório completo nos anexos.

8. Bens Móveis

Apresenta a relação de contas contábeis de controle dos bens móveis no Campus. Relacionando os valores a débito (entradas), a crédito (saída), saldo do mês anterior e saldo do mês atual. Esse relatório é encaminhado mensalmente a Coordenação de Patrimônio para análise e conciliação com o sistema de controle patrimonial.

O valor da conta depreciação de bens móveis *12.381.0100* não sofre alterações ao longo dos meses, pelo motivo que o sistema SUAP, em funcionamento no Instituto Federal da Paraíba, não efetua os cálculos de depreciação de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

A falta dessa informação vem de encontro às boas práticas orientadas pelo MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e pelas NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, por isso, devem ser registradas na Conformidade Contábil mensal da unidade e ao final do exercício apontadas no Relatório de Gestão do órgão. Vide relatório completo nos anexos

9. Material de Consumo

Apresenta a relação de contas contábeis de controle dos materiais de almoxarifado no Campus, relacionando os valores a débito (entradas), a crédito (saída), saldo do mês anterior e saldo do mês atual.

O sistema SUAP não emite relatório de saídas de materiais por consumo, dessa forma, a coordenação de Contabilidade elaborou um formulário para que, mensalmente, a Coordenação de Almoxarifado passe a informar os valores referentes as saídas por consumo na instituição. O atraso ou a falta dessa informação, pela Coordenação do Almoxarifado, gera restrição contábil e deve ser informada pelo Contador, na Conformidade Contábil mensal da UG. Vide relatório completo nos anexos.

Durante o mês de março, foi finalizado o relatório de inventário do Almoxarifado, a comissão expediu relatório, onde destacamos alguns pontos:

O período de início e término dos trabalhos da comissão de Inventário designada pela Portaria n° 016 da Direção Geral do Campus João Pessoa do IFPB, de 21/01/2016 e de Portaria de Prorrogação n°065, de 23/02/2016, para a realização do Inventário Anual dos Bens de Consumo do Almoxarifado para o exercício de 2015 compreende as datas de 25/01/2016 a 25/02/16, mas devido a grande quantidade de produtos do almoxarifado guardados em diversos ambientes e, o feriado de carnaval, foi solicitada uma prorrogação que nos foi concedida até o dia 18/03/2016, data em que finalizamos os trabalhos no Almoxarifado. Com os trabalhos conclusos orientamos que a Coordenação do Almoxarifado juntamente com a Diretoria de Administração providenciasse:

a) A comissão entende que a versão do sistema SUAP utilizado pelo almoxarifado do Campus João Pessoa não oferece confiabilidade em seus relatórios, não nos dando, portanto condições de declarar se



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

os registros estão atualizados ou não, nesse cerne, sugerimos o uso do Sistema Integrado de Administração e Serviços – SIADS, usado por outros órgãos Federais e sugerido pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Educação, conforme mensagem Siafi 2016/0400751, ou o uso do SIGAdmin e SIPAC.

b) Sugerimos, ainda, que seja feito um novo levantamento do inventário para acompanhamento no decorrer do próximo exercício, com a finalidade de verificar os itens que estão fora do prazo, inservíveis, danificados e fora de uso para fundamentar o desfazimento desses itens, esse é o nosso entendimento.

10. Avaliação dos Restos a Pagar

Ao final de cada exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas (Despesas empenhadas a Liquidar) serão inscritas em restos a pagar. Os restos a pagar se classificam em dois tipos: *os processados* e *os não processados*. Os restos a pagar processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Abaixo relacionamos, respectivamente os artigos 36 da Lei 4.320/64 e o artigo 35 do Decreto 93.872/86 que fazem referência a inscrição, utilização e impactos dos restos a pagar.

“Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.”

“Art . 35. O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando:

I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida;

II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em cursos a liquidação da despesa, ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;

III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;

IV - corresponder a compromissos assumido no exterior.”

Já o artigo 27, do Decreto 93.872/86, deixa claro que se deve evitar a “fabricação de restos a pagar”, que são aqueles empenhos superestimados que ultrapassaram o exercício.

“Art . 27. As despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual, serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada.”

Por sua vez o TCU – Tribunal de Contas da União, nos Acórdãos TCU – 2659/2009, 775-2012, e mais recente no Acórdão 1338/2014 – TCU, adverte para a inscrição em restos a pagar não processados sem a observância das exceções previstas artigo 35 do Decreto 93.872/86.

Neste último, o Acórdão 1338/2014 – TCU, também traz recomendações quanto as exigências como a declaração do Contador e maiores cuidados com inscrições em RAP são algumas dentre várias mudanças que vieram com a nova contabilidade pública. Uma outra mudança, também, de suma importância, será o reconhecimento dos passivos e a exigência de dotações orçamentaria para passivos contingentes.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Como é sabido, o orçamento é uma peça anual, onde se fixa as despesas e se prever as receitas para um determinado exercício. Com a previsão das receitas, a União terá que no exercício em curso, arrecadar as essas receitas que serão necessárias para o cumprimento das despesas que foram fixadas para o exercício. Então, a passagem de despesas inscritas em RAP – Restos a pagar, de um exercício para o outro, impacta diretamente no fluxo de caixa da instituição, visto que os recursos financeiros arrecadados e que serão repassados as unidades gestoras, deverão ser suficientes para pagar as despesas do exercício e as despesas de inscritas em RAP. O efeito é como se existisse um “orçamento paralelo”.

Na prática, se todos os fornecedores resolvessem entregar tudo que está empenhado a liquidar (RAP + Despesas empenhadas a liquidar), a instituição não teria caixa, recursos financeiros, suficientes para arcar com os compromissos de curto prazo, isso implica dizer que o ente não teria liquidez em curto prazo. A prática de “exagerar” nos restos a pagar é criticada pelos órgãos de controle e passou a ser cobrada com mais frequência.

Baseado na exposição legal, e visando minimizar os impactos causados no fluxo financeiro da instituição, traremos nesse relatório um acompanhamento da execução dos restos a pagar e um acompanhamento mais próximo, das despesas empenhadas a liquidar, que poderão ser inscritas em restos a pagar caso não seja prestado o serviço ou recebido material.

Esse acompanhamento é preventivo e visa apenas, apresentar para o Gestor uma visão pontual da execução orçamentária da instituição, fornecendo informações para a tomada de decisões.

Para facilitar a interpretação dos dados, a Coordenação de Contabilidade desenvolveu 3 (três) indicadores para acompanhar a gestão dos Restos a Pagar no Camus João Pessoa.

a) Previsão de Restos a Pagar:

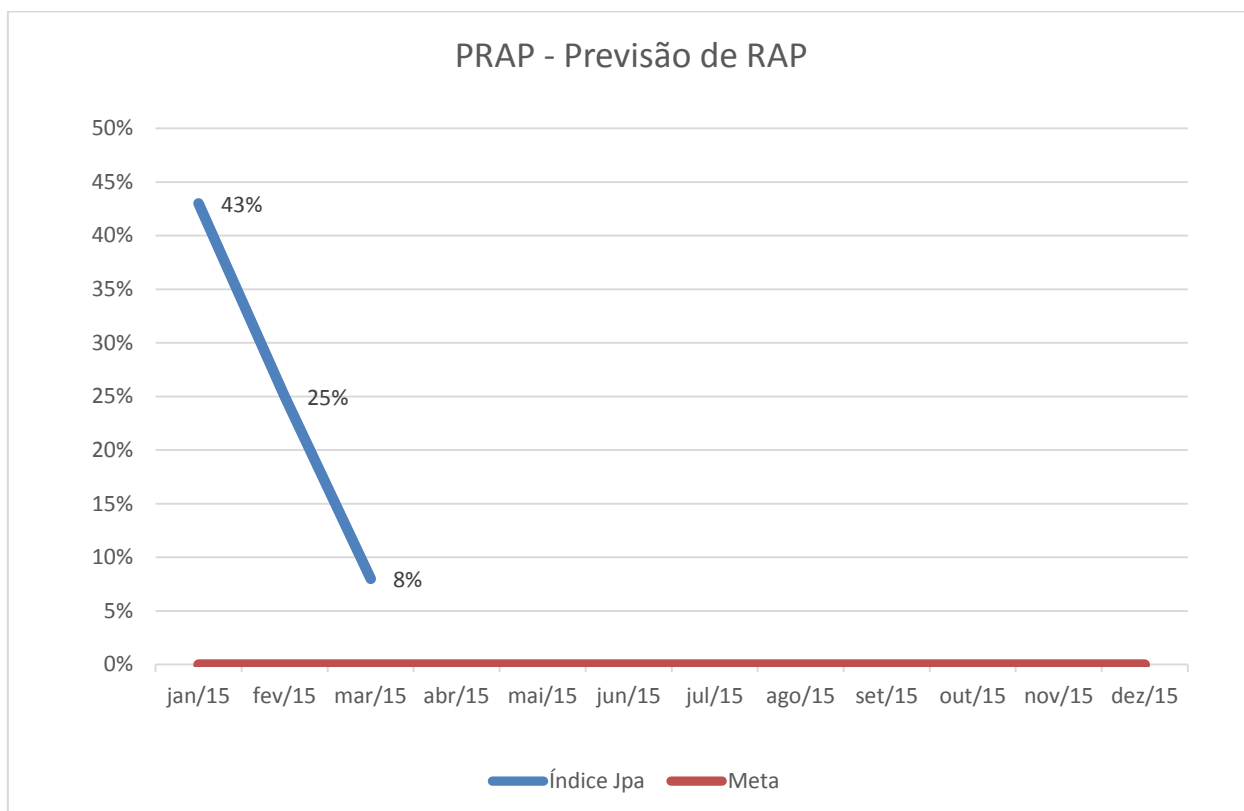
$$\text{Fórmula:} = \frac{\text{Despesas empenhas a Liquidar}}{\text{Provisão Recebida}}$$

Representa o percentual do orçamento do exercício, que está empenhado a liquidar, com relação ao orçamento anual recebido, que poderá virar restos a pagar, pela falta da entrega do material ou pela falta da prestação do serviço.

Estabelecemos como meta para esse indicador o valor 0% (zero), para que possamos perseguir o que regulamenta o artigo 35 do Decreto 93.872/86.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade



Podemos observar que apenas **8%** de tudo que está empenhado poderá se transformar em restos a pagar ao final do exercício, se os bens, materiais ou serviços não forem entregues/fornecidos.

O valor apresentado considera todos os empenhos que estão a liquidar, em todas as ações e programas vigentes no Campus João Pessoa, estão inclusos nesse valor os empenhos de contratos continuados (fornecimento de água, energia, segurança, limpeza e assistência estudantil). Se considerarmos apenas os empenhos de materiais e serviços avulsos, aqueles que são solicitados pelas unidades acadêmicas/administrativas e que foram inclusos nos PTAs do exercício esse percentual tende a aumentar.

b) Comprometimento do Recurso Financeiro

$$\text{Fórmula:} = \frac{\text{Restos a Pagar}}{\text{Restos a Pagar} + \text{Empenhos a Liquidar}}$$

Representa o percentual de restos a pagar sobre tudo o que se tem a pagar no exercício.

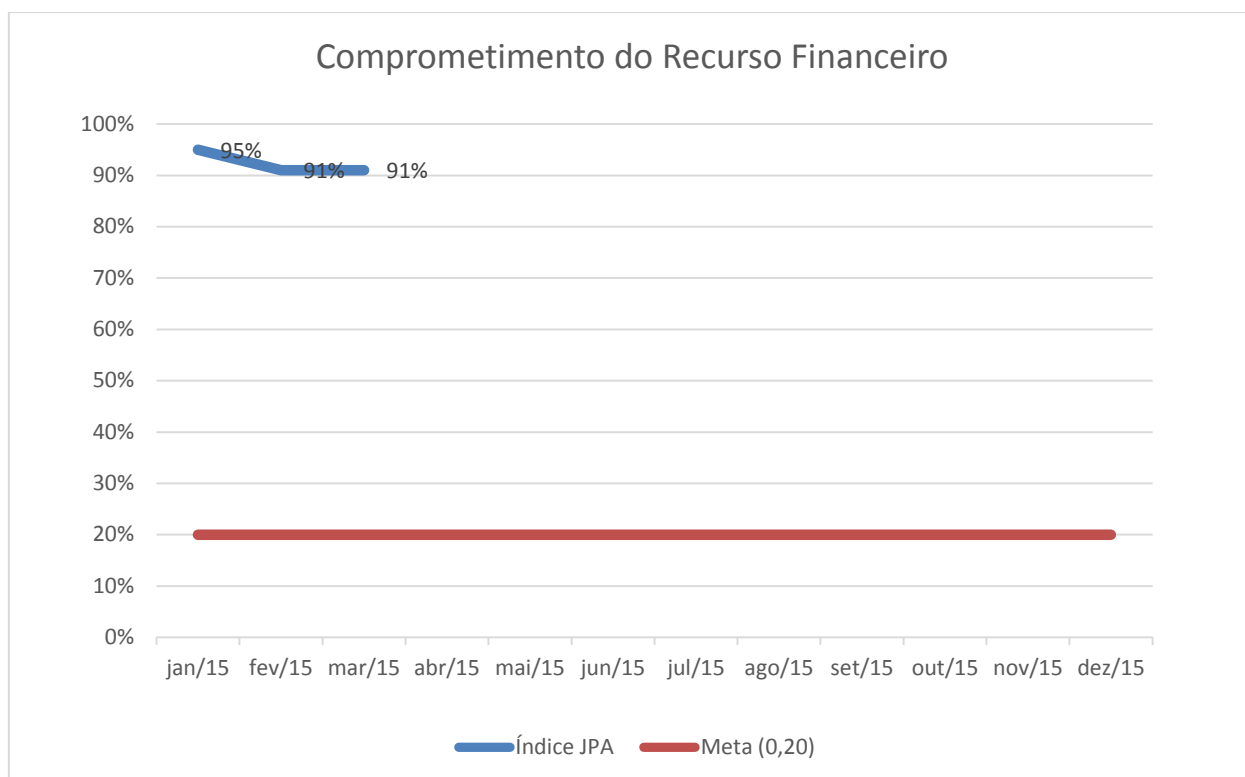
Para se ter um parâmetro, estabelecemos como meta a ser perseguida um percentual de 20% e sugerimos à Gestão que elaborasse um plano de ação visando reduzir o saldo de restos a pagar, principalmente os que estão em desacordo com artigo 35 do Decreto 93.872/86.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

No gráfico, observamos que aproximadamente **91%** de tudo que a instituição tem a pagar a curto prazo, refere-se a despesas de exercícios anteriores. Ou seja, dos recursos financeiros recebidos pelo campus a cada R\$1,00 recebido, R\$0,91 centavos estão destinados a pagamento de despesas de anos anteriores.

Para se ter um parâmetro, estabelecemos como meta a ser perseguida um percentual de 20% que será acompanhado por essa coordenação. O acúmulo de Restos a Pagar, por muitas vezes, dar-se-á pela manutenção de empenhos referentes a solicitações efetuadas nos PTAs do exercício ou de anos anteriores. Isso acontece porque o interessado pelo produto ou serviço não acompanha o processo de aquisição junto ao fornecedor.



c) Impactos para o Orçamento de exercícios futuros

Fórmula:
$$= \frac{\text{Despesas empenhas a Liquidar} + \text{Restos a Pagar}}{\text{Orçamento do Exercício Seguinte}}$$

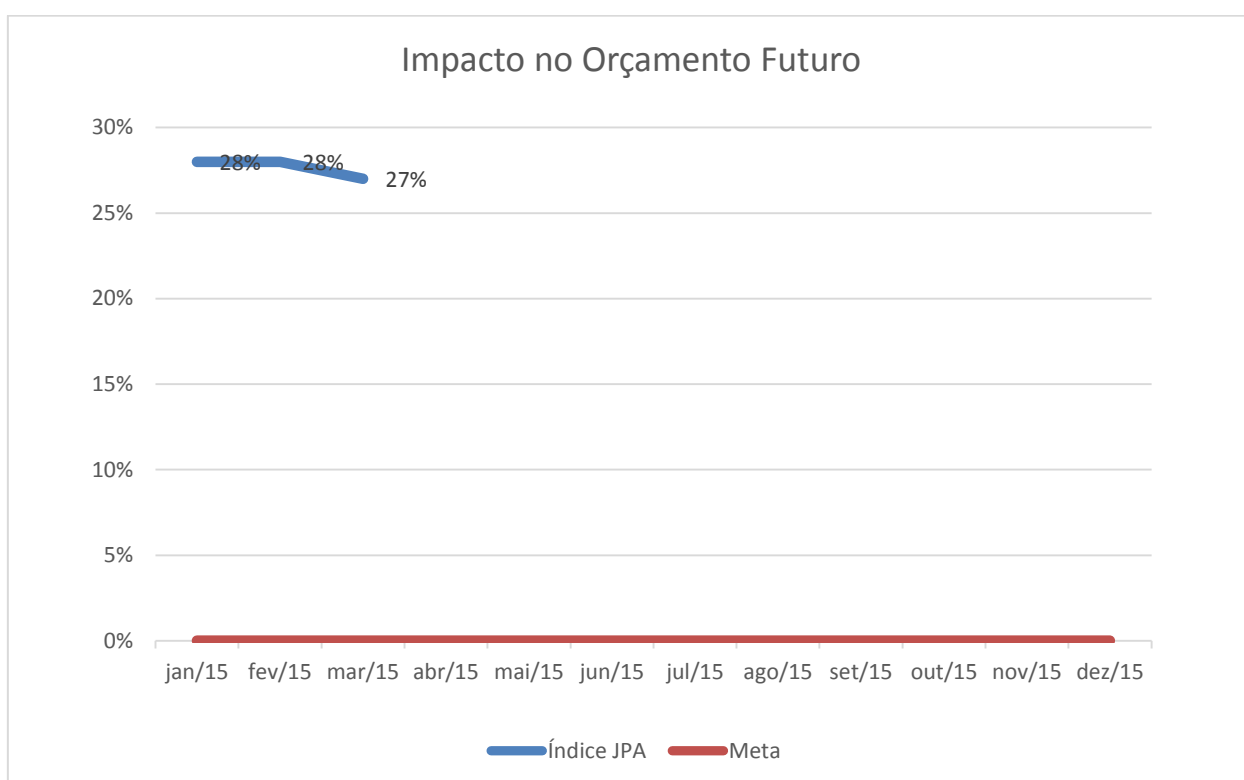
Representa o percentual de tudo que há a pagar (restos a pagar e despesas empenhadas a liquidar) sobre o total do orçamento para o exercício seguinte. Demonstrando quanto do orçamento seguinte será comprometido com despesas de exercícios anteriores caso o exercício terminasse hoje.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

O efeito do acúmulo de restos a pagar se transforma em uma “bola de neve”, trazendo impactos para mais de um exercício. No gráfico a seguir, podemos observar que do valor previsto para o exercício de 2017, **27% do fluxo financeiro já será comprometido com os restos a pagar.** (Orçamento estimado para o exercício de 2017)

Para essa análise ainda não foi levado em consideração os cortes divulgados pelo Ministério da Educação, estamos aguardando a divulgação da nova matriz orçamentária para recalcular esse impacto.



11. Reconhecimento de Passivos

As obrigações deverão ser reconhecidas no momento do fato gerador. Assim, em atendimento ao Princípio da Competência constante na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n 750/93, à Lei Complementar n 101/2000 no inciso II, do art. 50, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP, Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais), às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.4 Transações no Setor Público) e outros atos normativos que dispõem sobre a contabilidade geral e pública, ocorrendo o fato gerador de uma despesa, mesmo nos casos sem dotação no orçamento, a contabilidade deverá registrá-la.

O reconhecimento do passivo deverá ocorrer na Unidade Gestora responsável pela execução da despesa, independente de quem for o responsável pelo orçamento. Assim, mesmo que tenha ocorrido uma descentralização de crédito, o responsável por reconhecer o passivo será a unidade em que efetivamente ocorreu a despesa.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Diante da fundamentação legal, a Coordenação da Contabilidade registrou os seguintes valores de passivos nesse primeiro trimestre.

Objeto	Valor R\$
Registro de reconhecimento de passivos sem previsão orçamentária, referente às ações do programa PRONATEC no Campus João pessoa (Internos)	16.060,00
Registro de reconhecimento de passivos sem previsão orçamentária, referente às ações do programa PRONATEC no Campus João pessoa (Externos)	13.624,00

12. Diárias

Apresentamos abaixo todos os gastos com diárias efetuados pelo Campus João Pessoa, até o encerramento do primeiro trimestre. Não entram nessa relação os valores devidos de diárias que ainda não foram pagos por falta de recursos financeiros. Os valores estão acumulados e estão inclusos os gastos com diárias nacionais, internacionais e gastos com colaboradores eventuais, e estão apresentadas por tipo de gasto.

Finalidade da Diária	Valor do Gasto
CONCESSÃO DE DIÁRIAS CAPACIT. DOCENTES	10.456,62
CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA DOCENTES	2.543,23
CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA TÉCNICO-ADM.	2.148,34
CONCESSÃO DE DIÁRIAS CAPAC. TÉCNICO -ADM	1.786,25
Total	16.934,44

12. Conformidade Contábil

A Conformidade Contábil tem a finalidade de certificar os Demonstrativos Contábeis, cujas informações são objeto de aferição, pelo Contador da UJ– Unidade Jurisdicionada. Com a exigência da “*Declaração do Contador*”, tratada na Portaria TCU 150/2012 e no Acórdão 1338/2014 – Plenário, que visa garantir com razoável segurança que a situação patrimonial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades federais a que estão vinculadas estejam dentro dos padrões das NBCASP e retratando a realidade da instituição. Como por exemplo a efetiva aplicação do que está disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de provisões e passivos contingentes.

A Conformidade Contábil registrada no SIAFI é objeto de consulta e acompanhamento pelos órgãos de controle interno e externo, as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro devem ser objeto de citação no processo de contas anual.

O ordenador de despesas deve, mensalmente, consultar a Conformidade Contábil no SIAFI, na transação >CONCONFCON, das UG's sob sua responsabilidade, a fim de providenciar a solução junto às áreas envolvidas, das ocorrências apontadas, diante dessa responsabilidade, a fim de providenciar a solução junto às áreas envolvidas, das ocorrências apontadas.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Diante do exposto, traremos em anexo a esse relatório, a situação da UG com relação Conformidade Contábil.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

14. Base Legal

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - Seção II - DOS ORÇAMENTOS, Artigos 165 a 169.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6º Edição.

MTO 2015 – Manual Técnico do Orçamento.

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm (Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.3.1964, retificação no DOU de 9.4.64 - 5.5.64 e 3.6.64) Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do DF.

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp101.htm

Lei de Responsabilidade Fiscal - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10180.htm

Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Decreto nº 93.872, de 23 dezembro de 1986.

Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

II. Anexos

A seguir estão relacionadas às planilhas, gráficos e demais anexos que compõem este relatório, organizados na seguinte ordem:

1. Despesas Empenhadas, Liquidadas a pagar e Pagas por Ação e Plano Interno.
2. Despesas Empenhadas, Liquidadas a pagar e Pagas por Ação e Natureza de Despesa
3. Bens Imóveis
4. Contratos
5. Bens Móveis
6. Material de Consumo
7. Conformidade Contábil

1. Despesas Empenhadas, Liquidadas a pagar e Pagas por Ação e PI

Páginas:

Ação Governo: 20RL:FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
Mês Lançamento: MAR/2016
UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

PI	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
ABASTEC. E LUBRIFI. VEICULOS	183.477,75	0,00	6.091,08
AQUIS MAT DE CONSUMO MANUT BENS IMOVEIS	49.597,02	2.071,90	
AQUIS. MAT. CONSUMO UND. ACADEMICAS	1.640,00		
BOLSA DE EXTENSAO PARA ESTUDANTES	34.425,00	18.800,00	400,00
BOLSA DE EXTENSAO PARA SERVIDORES	57.948,55	27.000,00	
BOLSA MESTRADO PARA ESTUDANTES	9.000,00	0,00	9.000,00
BOLSA PESQUISA P ESTUDANTES	3.500,00	3.500,00	
CONCESSAO DE AJUDA DE CUSTO P ESTUDANTES	8.907,80	0,00	8.907,80
CONCESSAO DE DIARIAS PARA DOCENTES	10.000,00	1.181,76	2.543,23
CONCESSAO DE DIARIAS PARA TECNICO-ADM.	9.357,58	147,16	2.148,34
DESPESAS COM OUTROS TIPOS DE SERVICOS	61.834,94	56.075,61	135,33
DESPESAS COM OUTROS TIPOS DE SERVICOS TI	642,42	0,00	642,42
DESPESAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS	8.000,00	0,00	8.000,00
DESPESAS OUTRAS NAT. INDENIZACOES	5.153,48	1.486,94	3.666,54
FORNECIMENTO AGUA E DESTIN. DE ESGOTO	20.000,00	0,00	12.597,62
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA	179.127,20	0,00	179.127,20
LOCACAO DE MAO DE OBRA - MOTORISTAS	39.318,00	0,00	18.366,54
LOCACAO MAO-DE-OBRA LIMPEZA E CONSERVACAO	188.468,02	0,00	94.234,01
LOCACAO MAO-DE-OBRA P. ATIVIDADES ADMINISTRAT	258.687,80	0,00	258.687,80
MANUT.E CONSERV. EQUIP. E MAT. PERMANENTE	51.825,90	7.206,80	122,72
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MOVEIS	42.750,89	32.500,00	10.250,12
MAT. DE CONSUMO MANUTENCAO VEICULOS	14.000,00		
RECOLHIM. TAXA, LICENC., BOMB. VEICULOS	5.267,21	0,00	5.267,21
RECOLHIMENTO DO INSS - PATRONAL	2.000,00	604,00	338,80
REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	11.400,00	6.354,17	3.016,51
SERVICOS DE GERENCIAMENTO DE FROTA	1.000,48		
SERVICOS DE TELEFONIA	12.334,39	0,00	3.422,06
SERVICOS EVENTOS ADMINISTRATIVOS E ACADEMICOS	3.090,00		
SERVICOS PARA MANUTENCAO DE VEICULOS	9.000,00		
SERVICOS POSTAGEM DE CORRESPONDENCIAS	4.000,00	0,00	2.252,57
SERVICOS PUBLICACAO ATOS INSTITUCIONAIS	4.000,00	0,00	225,66
Total	1.289.754,43	156.928,34	629.443,56

Impresso: 11/4/2016

Usuário: KLEBER

IFPB - Instituto Federal da Paraíba
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

Páginas:

Ação Governo: 2994:ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOG

Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Mês Lançamento: MAR/2016

UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

PI	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
AJUDA DE CUSTO PARA ESTUDANTES	208.609,92	0,00	10.349,92
AUXILIO ALIMENTACAO	768.126,00	260.925,00	507.201,00
AUXILIO MORADIA	174.652,00	43.785,00	121.124,92
AUXILIO TRANSPORTE	281.766,00	102.781,00	178.985,00
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	10.000,00	0,00	4.187,50
BOLSA DE MONITORIA	57.400,00	9.400,00	
BOLSA DO PROEJA	59.074,00	24.074,00	34.269,00
Total	1.559.627,92	440.965,00	856.117,34

Impresso: 11/4/2016

Usuário: KLEBER

IFPB - Instituto Federal da Paraíba
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

Páginas:

Ação Governo: 4572:CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q

Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Mês Lançamento: MAR/2016

UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

PI	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
BOLSA DE DOUTORADO PARA SERVIDORES	25.637,76	6.409,44	
CONCESSAO DE DIARIAS CAPAC. TECNICO-ADM	5.000,00	1.217,60	1.786,25
CONCESSAO DE DIARIAS CAPACIT. DOCENTES	12.141,55	0,00	9.814,20
CONCESSAO DE PASSAGENS AEREAS PARA CAPACIT.	99.083,18	0,00	1.082,89
PAGAMENTO DE TAXAS ADM. AGENCIA VIAGEM	45,60		
Total	141.908,09	7.627,04	12.683,34

Impresso: 11/4/2016
Usuário: KLEBER

IFPB - Instituto Federal da Paraíba
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

Páginas:

Ação Governo: Total
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
Mês Lançamento: Total
UG Executora: Total

PI	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
ABASTEC. E LUBRIFI. VEICULOS	183.477,75	0,00	6.091,08
AJUDA DE CUSTO PARA ESTUDANTES	208.609,92	0,00	10.349,92
AQUIS MAT DE CONSUMO MANUT BENS IMOVEIS	49.597,02	2.071,90	
AQUIS. MAT. CONSUMO UND. ACADEMICAS	1.640,00		
AUXILIO ALIMENTACAO	768.126,00	260.925,00	507.201,00
AUXILIO MORADIA	174.652,00	43.785,00	121.124,92
AUXILIO TRANSPORTE	281.766,00	102.781,00	178.985,00
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	10.000,00	0,00	4.187,50
BOLSA DE DOUTORADO PARA SERVIDORES	25.637,76	6.409,44	
BOLSA DE EXTENSAO PARA ESTUDANTES	34.425,00	18.800,00	400,00
BOLSA DE EXTENSAO PARA SERVIDORES	57.948,55	27.000,00	
BOLSA DE MONITORIA	57.400,00	9.400,00	
BOLSA DO PROEJA	59.074,00	24.074,00	34.269,00
BOLSA MESTRADO PARA ESTUDANTES	9.000,00	0,00	9.000,00
BOLSA PESQUISA P ESTUDANTES	3.500,00	3.500,00	
CONCESSAO DE AJUDA DE CUSTO P ESTUDANTES	8.907,80	0,00	8.907,80
CONCESSAO DE DIARIAS CAPAC. TECNICO-ADM	5.000,00	1.217,60	1.786,25
CONCESSAO DE DIARIAS CAPACIT. DOCENTES	12.141,55	0,00	9.814,20
CONCESSAO DE DIARIAS PARA DOCENTES	10.000,00	1.181,76	2.543,23
CONCESSAO DE DIARIAS PARA TECNICO-ADM.	9.357,58	147,16	2.148,34
CONCESSAO DE PASSAGENS AEREAS PARA CAPACIT.	99.083,18	0,00	1.082,89
DESPESAS COM OUTROS TIPOS DE SERVICOS	61.834,94	56.075,61	135,33
DESPESAS COM OUTROS TIPOS DE SERVICOS TI	642,42	0,00	642,42
DESPESAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS	8.000,00	0,00	8.000,00
DESPESAS OUTRAS NAT. INDENIZACOES	5.153,48	1.486,94	3.666,54
FORNECIMENTO AGUA E DESTIN. DE ESGOTO	20.000,00	0,00	12.597,62
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA	179.127,20	0,00	179.127,20
LOCACAO DE MAO DE OBRA - MOTORISTAS	39.318,00	0,00	18.366,54
LOCACAO MAO-DE-OBRA LIMPEZA E CONSERVACAO	188.468,02	0,00	94.234,01
LOCACAO MAO-DE-OBRA P. ATIVIDADES ADMINISTRAT	258.687,80	0,00	258.687,80
MANUT.E CONSERV. EQUIP. E MAT. PERMANENTE	51.825,90	7.206,80	122,72
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MOVEIS	42.750,89	32.500,00	10.250,12
MAT. DE CONSUMO MANUTENCAO VEICULOS	14.000,00		
PAGAMENTO DE TAXAS ADM. AGENCIA VIAGEM	45,60		
RECOLHIM. TAXA, LICENC., BOMB. VEICULOS	5.267,21	0,00	5.267,21
RECOLHIMENTO DO INSS - PATRONAL	2.000,00	604,00	338,80
REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	11.400,00	6.354,17	3.016,51
SERVICOS DE GERENCIAMENTO DE FROTA	1.000,48		
SERVICOS DE TELEFONIA	12.334,39	0,00	3.422,06
SERVICOS EVENTOS ADMINISTRATIVOS E ACADEMICOS	3.090,00		
SERVICOS PARA MANUTENCAO DE VEICULOS	9.000,00		
SERVICOS POSTAGEM DE CORRESPONDENCIAS	4.000,00	0,00	2.252,57
SERVICOS PUBLICACAO ATOS INSTITUCIONAIS	4.000,00	0,00	225,66
Total	2.991.290,44	605.520,38	1.498.244,24

Impresso: 11/4/2016
Usuário: KLEBER

IFPB - Instituto Federal da Paraíba
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

2. Despesas Empenhadas, Liquidas a pagar e Pagas por Ação e Natureza de Despesa

Páginas:

Mês Lançamento: MAR/2016
Ação Governo: 20RL-FUNIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Natureza Despesa		DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS PAGAS	DESPEAS LIQUIDADAS A PAGAR
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	55.832,80	18.307,80	22.300,00
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	57.948,55		27.000,00
339092	DESPEAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	551,45		551,45
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00	5.333,99	1.328,92
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.153,48	3.666,54	1.486,94
339037	LOCAAO DE MAO-DE-OBRA	486.473,82	371.288,35	0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	234.714,77	5.000,00	2.071,90
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	60.766,70	5.322,54	55.444,16
339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00	338,80	604,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	3.090,00		
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	359.222,86	219.959,88	46.140,97
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	4.000,00	225,66	0,00
Total		1.289.754,43	629.443,56	156.928,34

Impresso: 11/4/2016
Usuário: KLEBER

IFPB - Instituto Federal da Paraíba
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

Páginas:

Mês Lançamento: MAR/2016
Ação Governo: 2994:ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOG
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Natureza Despesa		DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS PAGAS	DESPEAS LIQUIDADAS A PAGAR
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.559.627,92	856.117,34	440.965,00
Total		1.559.627,92	856.117,34	440.965,00

Impresso: 11/4/2016
Usuário: KLEBER

IFPB - Instituto Federal da Paraíba
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

Páginas:

Mês Lançamento: MAR/2016
Ação Governo: 4572:CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Natureza Despesa		DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS PAGAS	DESPEAS LIQUIDADAS A PAGAR
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	17.141,55	11.600,45	1.217,60
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	25.637,76		6.409,44
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	45,60		
339033	PASSAGENS E DESPEAS COM LOCOMOAO	99.083,18	1.082,89	0,00
Total		141.908,09	12.683,34	7.627,04

Impresso: 11/4/2016
Usuário: KLEBER

IFPB - Instituto Federal da Paraíba
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

Páginas:

Mês Lançamento: MAR/2016

Ação Governo: Total

Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Natureza Despesa		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.615.460,72	874.425,14	463.265,00
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	57.948,55		27.000,00
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	551,45		551,45
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	37.141,55	16.934,44	2.546,52
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.153,48	3.666,54	1.486,94
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	486.473,82	371.288,35	0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	234.714,77	5.000,00	2.071,90
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	60.766,70	5.322,54	55.444,16
339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00	338,80	604,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	28.727,76		6.409,44
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	359.268,46	219.959,88	46.140,97
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	4.000,00	225,66	0,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	99.083,18	1.082,89	0,00
Total		2.991.290,44	1.498.244,24	605.520,38

Impresso: 11/4/2016

Usuário: KLEBER

IFPB - Instituto Federal da Paraíba

DAP - Diretoria de Administração e Planejamento

DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

Páginas:

Mês Lançamento: Total

Ação Governo: Total

Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Natureza Despesa		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.615.460,72	874.425,14	463.265,00
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	57.948,55		27.000,00
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	551,45		551,45
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	37.141,55	16.934,44	2.546,52
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.153,48	3.666,54	1.486,94
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	486.473,82	371.288,35	0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	234.714,77	5.000,00	2.071,90
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	60.766,70	5.322,54	55.444,16
339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00	338,80	604,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	28.727,76		6.409,44
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	359.268,46	219.959,88	46.140,97
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	4.000,00	225,66	0,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	99.083,18	1.082,89	0,00
Total		2.991.290,44	1.498.244,24	605.520,38

Impresso: 11/4/2016

Usuário: KLEBER

3. Bens Imóveis

Páginas:

Mês Lançamento: MAR/2016

UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

Conta Contábil		Conta Corrente	Saldo Anterior - R\$	Valor Débito	Valor Crédito	Saldo Atual - R\$
= IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	123210107	2051000545002	53.121.549,22			53.121.549,22
		Total	53.121.549,22	0,00	0,00	53.121.549,22
= EDIFICIOS	123210202	999	227.048,18	0,00	227.048,18	0,00
		IM0032010	245.451,80	0,00	245.451,80	0,00
		IM0902008	233.844,54	0,00	233.844,54	0,00
		Total	706.344,52	0,00	706.344,52	0,00
= IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	123210207	999	131.405,32	0,00	131.405,32	0,00
		Total	131.405,32	0,00	131.405,32	0,00
= OBRAS EM ANDAMENTO	123210601	999	462.643,17	0,00	3.197,68	459.445,49
		IM0022006	115.786,73	0,00	115.786,73	0,00
		IM0022008	538.258,02	1.076.516,04	1.614.774,06	0,00
		IM0032008	12.976,03	0,00	12.976,03	0,00
		IM0132008	32.412,46	0,00	0,00	32.412,46
		IM0452009	4.740.270,72	0,00	4.740.270,72	0,00
		IM0462010	710.620,20	0,00	710.620,20	0,00
		IM0472009	6.156.443,99	0,00	6.156.443,99	0,00
		IM0602009	7.734,93	0,00	7.734,93	0,00
		IM0642009	1.294.751,75			1.294.751,75
		IM0682009	1.241.041,49			1.241.041,49
		IM0782007	74.002,45	0,00	74.002,45	0,00
		IM1162009	3.120,52	0,00	3.120,52	0,00
		IM2732009	2.186,10			2.186,10
		IM6912007	4.019,70	0,00	4.019,70	0,00
		IMIFPB001	648.112,14			648.112,14
		IMIFPB002	237.063,79			237.063,79
		Total	16.281.444,19	1.076.516,04	13.442.947,01	3.915.013,22
= ESTUDOS E PROJETOS	123210605	999	605.366,36			605.366,36
		Total	605.366,36	0,00	0,00	605.366,36
* = DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	123810200	123210107	(162.755,77)	0,00	108,38	(162.864,15)
		Total	(162.755,77)	0,00	108,38	(162.864,15)
REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	461110200	SEM INFORMACAO	12.227.158,47			12.227.158,47
		Total	12.227.158,47	0,00	0,00	12.227.158,47
= CONTROLE REGISTRO SPIUNET A RATIFICAR	899912401	2051000545002	12.227.158,47	12.227.158,47	0,00	0,00
		Total	12.227.158,47	12.227.158,47	0,00	0,00
Total			95.137.670,78	13.303.674,51	14.280.805,23	69.706.223,12

4. Conta Contratos

Conta Contábil		= CONTRATOS DE SERVICOS EM EXECUCAO	= CONTRATOS DE SERVICOS EXECUTADOS	= CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUCAO	= CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUCAO	Total
		812310201	812310202	812310301	812310401	
Entidade CCor		Saldo Atual	Saldo Atual	Saldo Atual	Saldo Atual	Saldo Atual
07990965000118	AGAPE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	1.000.000,00				1.000.000,00
07395989000129	AGCLEAN LOCACAO DE MAO DE OBRA E COMERCIO LTDA			66.589,56		66.589,56
00448994000103	CLASSIC VIAGENS E TURISMO - EIRELI - EPP	15.734,75				15.734,75
09648230000136	COMERCIAL BOTINO COMERCIO E DISTRIBUICAO DE LIVROS LTDA				200.000,00	200.000,00
115406	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	44.746,64				44.746,64
34028316001932	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	2.178,22	2.252,57			4.430,79
03506307000157	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRACAO DE CO	31.322,85			57.519,20	88.842,05
01976714000100	JEAN CARLO SILVA DE MELO - ME	55.296,96			61.685,27	116.982,23
12209832000100	JETTA CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA - EPP	286.081,42				286.081,42
11734088000191	JGS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA	172.112,35				172.112,35
07442731000136	JMT SERVICOS DE LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA	6.782,68		39.789,38		46.572,06
09634753000123	LOTUS EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA - ME			1.653.507,67		1.653.507,67
01832814000155	NORDIGAS NORDESTE REPRESENTACOES DE GAS LTDA - EPP				7.266,00	7.266,00
05928203000166	OMEGATI COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	245.353,70		49.974,41		295.328,11
06982630000195	SALMOS COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS EIRELI - EPP			191.368,03		191.368,03
04285337000143	SERVLIMP SERVICOS AMBIENTAIS LTDA - EPP	72,00				72,00
09266128000176	SOS GAS LTDA - ME				1.390,72	1.390,72
33000118000179	TELEMAR NORTE LESTE S/A	192.038,95				192.038,95
00903429000199	WORLD TELECOM LTDA - EPP	725.521,92			286.310,40	1.011.832,32
Total		2.777.242,44	2.252,57	2.001.229,05	614.171,59	5.394.895,65

Impresso: 11/4/2016

Usuário: KLEBER

11/4/2016

5. Conta Bens Móveis

Páginas:

Mês Lançamento: MAR/2016

UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

Conta Contábil		Saldo Anterior R\$	Valor Débito	Valor Crédito	Saldo Atual - R\$	Varição Mês Atual / Mês Anterior (%)
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	123110101	3.716.398,72	29.285,00	0,00	3.745.683,72	0,79%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	123110102	461.867,88	0,00	68,58	461.799,30	-0,01%
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	123110103	3.659.424,84	2.523,97	0,00	3.661.948,81	0,07%
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	123110104	40.344,27	0,00	0,00	40.344,27	0,00%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	123110105	466.343,61	0,00	0,00	466.343,61	0,00%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	123110106	59.988,22	0,00	0,00	59.988,22	0,00%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	123110107	740.624,79	0,00	0,00	740.624,79	0,00%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	123110108	18.477,96	0,00	0,00	18.477,96	0,00%
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	123110109	1.238.859,16	0,00	0,00	1.238.859,16	0,00%
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	123110112	3.675,00	0,00	0,00	3.675,00	0,00%
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	123110113	1.810,00	0,00	0,00	1.810,00	0,00%
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	123110120	5.183,74	15.480,07	0,00	20.663,81	298,63%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	123110121	43.988,23	0,00	0,00	43.988,23	0,00%
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	123110125	1.306.196,62	0,00	0,00	1.306.196,62	0,00%
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	123110201	8.597.466,29	317.168,00	3.862,49	8.910.771,80	3,64%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	123110301	1.154.594,40	16.235,00	0,00	1.170.829,40	1,41%
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	123110302	25.984,53	0,00	0,00	25.984,53	0,00%
MOBILIARIO EM GERAL	123110303	4.790.260,01	14.500,00	1.460,00	4.803.300,01	0,27%
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	123110402	1.008.219,03	0,00	8.707,81	999.511,22	-0,86%
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	123110404	121.654,25	6.552,00	0,00	128.206,25	5,39%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	123110405	1.433.105,28	0,00	0,00	1.433.105,28	0,00%
VEICULOS EM GERAL	123110501	59.535,81	0,00	0,00	59.535,81	0,00%
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	123110503	2.236.105,40	0,00	31.729,00	2.204.376,40	-1,42%
ARMAMENTOS	123110900	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00%
BENS MOVEIS EM TRANSITO	123119905	(8.707,81)	45.827,88	37.120,07	0,00	-100,00%
MATERIAL DE USO DURADOURO	123119910	261.443,17	0,00	0,00	261.443,17	0,00%
* = DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	123810100	(469.912,01)	0,00	0,00	(469.912,01)	0,00%
Total		30.972.931,40	447.571,92	82.947,95	31.337.555,37	207,90%

Elaborado por: KLEBER

11/4/2016

6. Material de Consumo

Páginas:

Mês Lançamento: MAR/2016

UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

Conta Contábil		Conta Corrente	Saldo Anterior R\$	Valor Débito	Valor Crédito	Saldo Atual - R\$	Varição Mês Atual / Mês Anterior (%)
MATERIAIS DE CONSUMO EM TRANSITO	115511000	SEM INFORMACAO	0,00	8.577,25	7.131,33	1.445,92	-100,00%
		Total	0,00	8.577,25	7.131,33	1.445,92	-100,00%
= MATERIAIS DE CONSUMO	115610100	04	7.100,00			7.100,00	0,00%
		07	4.210,31	0,00	404,40	3.805,91	-9,60%
		09	5.014,66			5.014,66	0,00%
		10	12.052,59	995,00	0,00	13.047,59	8,26%
		11	7.737,07			7.737,07	0,00%
		14	6.048,00			6.048,00	0,00%
		15	0,00	2.490,00	0,00	2.490,00	-100,00%
		16	184.100,64	2.594,00	937,80	185.756,84	0,90%
		17	142.690,73	140,55	5.460,75	137.370,53	-3,73%
		19	5.860,09			5.860,09	0,00%
		20	2.060,01			2.060,01	0,00%
		21	56.305,38	0,00	59,20	56.246,18	-0,11%
		22	102.453,84	0,00	201,48	102.252,36	-0,20%
		24	155.712,26	2.071,90	783,13	157.001,03	0,83%
		25	8.207,88	0,00	0,00	8.207,88	0,00%
		26	151.991,00	5.147,14	871,04	156.267,10	2,81%
		28	8.293,84			8.293,84	0,00%
		29	2.134,75			2.134,75	0,00%
		30	350,00			350,00	0,00%
		35	20.495,09			20.495,09	0,00%
		36	932,02			932,02	0,00%
		39	1.999,00	551,45	551,45	1.999,00	0,00%
		41	700,00			700,00	0,00%
		42	43.742,29			43.742,29	0,00%
		43	2.067,60			2.067,60	0,00%
		44	405,22			405,22	0,00%
		46	295,00			295,00	0,00%
		58	94,50			94,50	0,00%
		63	600,00			600,00	0,00%
		Total	933.653,77	13.990,04	9.269,25	938.374,56	-100,84%
= GENEROS ALIMENTICIOS	115610200	07	5.104,37	1.684,80	714,10	6.075,07	19,02%
		Total	5.104,37	1.684,80	714,10	6.075,07	19,02%
= AUTOPECAS	115610500	39	0,00			0,00	-100,00%
		Total	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%
= MATERIAIS DE EXPEDIENTE	115610800	16	49,00	840,00	0,00	889,00	1714,29%
		Total	49,00	840,00	0,00	889,00	1714,29%
MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	115810100	SEM INFORMACAO		640,00	0,00	640,00	-100,00%
		Total	0,00	640,00	0,00	640,00	-100,00%
Total			938.807,14	25.732,09	17.114,68	947.424,55	1332,46%

Elaborado por: KLEBER



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação de Contabilidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE JANEIRO DE 2016
Referente à Conformidade Contábil do mês de Janeiro

Conformidade Contábil

A Conformidade Contábil tem a finalidade de certificar os Demonstrativos Contábeis, cujas informações são objeto de aferição, pelo Contador da UJ– Unidade Jurisdicionada. Com a exigência da “*Declaração do Contador*”, tratada na Portaria TCU 150/2012 e no Acordão 1338/2014 – Plenário, que visa garantir com razoável segurança que a situação patrimonial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades federais a que estão vinculadas estejam dentro dos padrões das NBCASP e retratando a realidade da instituição. Como por exemplo a efetiva aplicação do que está disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de provisões e passivos contingentes.

A Conformidade Contábil registrada no SIAFI é objeto de consulta e acompanhamento pelos órgãos de controle interno e externo, as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro devem ser objeto de citação no processo de contas anual.

O ordenador de despesas deve, mensalmente, consultar a Conformidade Contábil no SIAFI, na transação >CONCONFCON, das UG’s sob sua responsabilidade, a fim de providenciar a solução junto às áreas envolvidas, das ocorrências apontadas, diante dessa responsabilidade, a fim de providenciar a solução junto às áreas envolvidas, das ocorrências apontadas.

RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
538	SALDOS DE IMOVEIS ESP. NAO CONFERE C/ SPIUNET	212
Observação:	Não temos como conferir os saldos pelo fato que no setor de patrimônio não há servidores com acesso ao spiunet.	
RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	211
Observação:	O setor de Almoxarifado no mês de dezembro atrasou a entrega do RMA, o que fez com que os lançamentos de saída por consumo do mês de dezembro fossem lançados no mês de janeiro.	
RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
609	SALDO CONTABIL ALMOX NAO CONFERE C/CONTROLE	211
Observação:	O almoxarifado deu início ao processo de inventário para tentar solucionar as diferenças. Porém o mais agravante é a grande diversidade de cadastros de materiais, a fragilidade do sistema SUAP no que diz respeito ao controle dos materiais e a dificuldade de gerenciar os materiais pelo sistema.	



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação de Contabilidade

RESTRICÇÃO	TITULO	GRUPO
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	212
Observação:	O IFPB não possui sistema capaz de avaliar e reavaliar os bens móveis, imóveis e os intangíveis. Nos mesmos não constam nem na base de dados do sistema que administra dos bens do órgão, o SUAP.	
RESTRICÇÃO	TITULO	GRUPO
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	212
Observação:	Com relação às contas de bens móveis, as diferenças existentes entre o Sistema de Patrimônio (SUAP) e o SIAFI, permanecem por vários motivos, os mais relevantes na opinião dessa Coordenação; a falta de funcionalidades do SUAP que atendam às rotinas diárias de um setor de patrimônio e o descumprimento da política interna de regulamentação para movimentação de bens móveis da instituição	
RESTRICÇÃO	TITULO	GRUPO
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	212
Observação:	A conta de depreciação não sofre alterações ao longo do exercício pelo fato da Instituição não possuir um sistema capaz de efetuar os cálculos da depreciação mensal e emitir um relatório detalhado por conta contábil que possa fornecer subsídios necessários para o lançamento da depreciação pela Coordenação de Contabilidade. Outro agravante é a falta de registro dos imóveis junto ao sistema de controle patrimonial da instituição (SUAP).	
RESTRICÇÃO	TITULO	GRUPO
651	FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	270
Observação:	A Coordenação de Contabilidade deu ciência a área de Contratos, através dos memorandos 02/2015, 026/2015 e 050/2015. Também foi dado conhecimento através do RMEC – Relatório mensal de Execução e Controle, além de informar diretamente a Direção de Administração e a Direção Geral, através do memorando 121/2015. Foi solicitada a Coordenação de Contratos que informasse quais contratos estão vigentes e os seus respectivos valores e os contratos que já haviam sido encerrados. Foi recomendado que aquela coordenação passasse a registrar no SIASG todos os contratos vigentes na instituição. A falta dos registros de contratos faz com que a execução financeira aproprie e pague parcelas sem a contabilização da conta contratos	
RESTRICÇÃO	TITULO	GRUPO
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221
Observação:	O saldo apresentado refere-se a saldo de ordens bancárias devolvidas, na sua maioria por domicílio bancário inexistente. A recomendação ao setor financeiro é que regularize as OBs dentro do mês. Recomendo que os valores que não sejam devidos ou apresentem dados incompletos para se efetuar o pagamento sejam regularizados diretamente para o empenho.	
RESTRICÇÃO	TITULO	GRUPO



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação de Contabilidade

696	OUTROS - CONTROLES CREDORES	280
Observação	Os valores estão em análise por essa coordenação.	
RESTRICÇÃO	TITULO	GRUPO
772	DEMAIS INCOERÊNCIAS - DDR	299
Observação	Os valores estão em análise por essa coordenação.	

João Pessoa, 07 de fevereiro de 2016.

Kleber C. Marques Neto
Contador 6732-PB



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação de Contabilidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Referente à Conformidade Contábil do mês de fevereiro de 2016

Conformidade Contábil

A Conformidade Contábil tem a finalidade de certificar os Demonstrativos Contábeis, cujas informações são objeto de aferição, pelo Contador da UJ– Unidade Jurisdicionada. Com a exigência da “*Declaração do Contador*”, tratada na Portaria TCU 150/2012 e no Acordão 1338/2014 – Plenário, que visa garantir com razoável segurança que a situação patrimonial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades federais a que estão vinculadas estejam dentro dos padrões das NBCASP e retratando a realidade da instituição e a efetiva aplicação do que está disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A Conformidade Contábil registrada no SIAFI é objeto de consulta e acompanhamento pelos órgãos de controle interno e externo, as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro devem ser objeto de citação no processo de contas anual.

O ordenador de despesas deve, mensalmente, consultar a Conformidade Contábil no SIAFI, na transação >CONCONFCON, das UG’s sob sua responsabilidade a fim de acompanhar a solução das ocorrências junto às áreas envolvidas.

RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
538	SALDOS DE IMOVEIS ESP. NAO CONFERE C/ SPIUNET	212
Observação:	O setor de patrimônio, responsável pelo bens móveis e imóveis, não emite relatórios de conferência do spiunet porque não tem servidor habilitado no sistema.	
RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	211
Observação:	O setor de Almoarifado no mês de janeiro não entregou o RMA, pois se encontrava em procedimento de inventário.	
RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
609	SALDO CONTABIL ALMOX NAO CONFERE C/CONTROLE	211
Observação:	O almoxarifado deu início ao processo de inventário para tentar solucionar as diferenças. Porém o mais agravante é a grande diversidade de cadastros de materiais, a fragilidade do sistema SUAP no que diz respeito ao controle dos materiais e a dificuldade de gerenciar os materiais pelo sistema.	



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação de Contabilidade

RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	212
Observação:	O IFPB não possui sistema capaz de avaliar e reavaliar os bens móveis, imóveis e os intangíveis.	
RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	212
Observação:	Com relação às contas de bens móveis, as diferenças existentes entre o Sistema de Patrimônio (SUAP) e o SIAFI, permanecem por vários motivos, os mais relevantes na opinião dessa Coordenação são : a falta de funcionalidades do SUAP em atender às rotinas diárias de um setor de patrimônio e o não atendimento as NBCASP/MCASP.	
RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	212
Observação:	A conta de depreciação não sofre alterações ao longo do exercício pelo fato da Instituição não possuir um sistema capaz de efetuar os cálculos da depreciação mensal e emitir um relatório detalhado por conta contábil que possa fornecer subsídios necessários para o lançamento da depreciação pela Coordenação de Contabilidade.	
RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
647	VALORES PENDENTES SPIUNET A RATIFICAR	212
Observação:	Refere-se à reavaliação dos bens do campus João Pessoa, lançados pela Reitoria. Aguardamos que o setor de patrimônio remeta o processo (ou cópia dele), com os dados técnicos, que aparem o lançamento contábil de ratificação. Conforme mensagem 2016/0471853 da Reitoria o processo aberto é o de número 23381.000801.2016-17.	
RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
651	FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	270
Observação:	A Coordenação de Contabilidade já deu ciência a área de Contratos, através dos memorandos 02/2015, 026/2015 e 050/2015. Também foi dado conhecimento através do RMEC – Relatório mensal de Execução e Controle, além de informar diretamente a Direção de Administração e a Direção Geral, através do memorando 121/2015. Foi solicitada a Coordenação de Contratos que informasse quais contratos estão vigentes e os seus respectivos valores e os contratos que já haviam sido encerrados. Foi recomendado que aquela coordenação passasse a registrar no SIASG todos os contratos vigentes na instituição. A falta dos registros de contratos faz com que a execução financeira aproprie e pague parcelas sem a contabilização da conta contratos.	



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação de Contabilidade

RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221
Observação:	O saldo apresentado refere-se a saldo de ordens bancárias devolvidas, na sua maioria por domicilio bancário inexistente. A recomendação ao setor financeiro é que regularize as OBs dentro do mês. .	

João Pessoa, 07 de março de 2016.

Kleber C. Marques Neto
Contador 6732-PB



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Referente à Conformidade Contábil do mês de março de 2016

Conformidade Contábil

A Conformidade Contábil tem a finalidade de certificar os Demonstrativos Contábeis, cujas informações são objeto de aferição, pelo Contador da UJ– Unidade Jurisdicionada. Com a exigência da “*Declaração do Contador*”, tratada na Portaria TCU 150/2012 e no Acórdão 1338/2014 – Plenário, que visa garantir com razoável segurança que a situação patrimonial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades federais a que estão vinculadas estejam dentro dos padrões das NBCASP e retratando a realidade da instituição e a efetiva aplicação do que está disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A Conformidade Contábil registrada no SIAFI é objeto de consulta e acompanhamento pelos órgãos de controle interno e externo, as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro devem ser objeto de citação no processo de contas anual.

O ordenador de despesas deve, mensalmente, consultar a Conformidade Contábil no SIAFI, na transação >CONCONFCON, das UG’s sob sua responsabilidade a fim de acompanhar a solução das ocorrências junto às áreas envolvidas.

As informações também estão disponíveis no site: <http://www.ifpb.edu.br/search?SearchableText=rmec>

RESTRICÇÃO	TITULO	GRUPO
538	SALDOS DE IMOVEIS ESP. NAO CONFERE C/ SPIUNET	212
Observação:	O setor de patrimônio, responsável pelo bens móveis e imóveis, não emite relatórios de conferência do spiunet porque não tem servidor habilitado no sistema.	
RESTRICÇÃO	TITULO	GRUPO
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	211
Observação:	As diferenças existentes ainda não foram regularizadas. Aguardamos o relatório de encerramento do inventário para proceder com os ajustes, caso seja necessário.	
RESTRICÇÃO	TITULO	GRUPO
609	SALDO CONTABIL ALMOX NAO CONFERE C/CONTROLE	211
Observação:	O almoxarifado deu início ao processo de inventário para tentar solucionar as diferenças. Porém o mais agravante é a grande diversidade de cadastros de materiais, a fragilidade do sistema SUAP no que diz respeito ao controle dos materiais e a dificuldade de gerenciar os materiais pelo sistema. As diferenças existentes ainda não foram regularizadas. Aguardamos o relatório de encerramento do inventário para proceder com os ajustes, caso seja necessário	



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação de Contabilidade

RESTRICÃO	TITULO	GRUPO
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	212
Observação:	O IFPB não possui sistema capaz de avaliar e reavaliar os bens móveis, imóveis e os intangíveis. E que atenda as NBCASP e MCASP.	
RESTRICÃO	TITULO	GRUPO
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	212
Observação:	Com relação às contas de bens móveis, as diferenças existentes entre o Sistema de Patrimônio (SUAP) e o SIAFI, permanecem por vários motivos, os mais relevantes na opinião dessa Coordenação são: a) falta de funcionalidades do SUAP em atender às rotinas diárias de um setor de patrimônio e b) não atendimento as NBCASP/MCASP.	
RESTRICÃO	TITULO	GRUPO
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	212
Observação:	A conta de depreciação não sofre alterações ao longo do exercício pelo fato da Instituição não possuir um sistema capaz de efetuar os cálculos da depreciação mensal e emitir um relatório detalhado por conta contábil que possa fornecer subsídios necessários para o lançamento da depreciação pela Coordenação de Contabilidade.	
RESTRICÃO	TITULO	GRUPO
651	FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	270
Observação:	A Coordenação de Contabilidade já deu ciência a área de Contratos, através dos memorandos 02/2015, 026/2015 e 050/2015. Também foi dado conhecimento através do RMEC – Relatório mensal de Execução e Controle, além de informar diretamente a Direção de Administração e a Direção Geral, através do memorando 121/2015. Foi solicitada a Coordenação de Contratos que informasse quais contratos estão vigentes e os seus respectivos valores e os contratos que já haviam sido encerrados. Foi recomendado que aquela coordenação passasse a registrar no SIASG todos os contratos vigentes na instituição. A falta dos registros de contratos faz com que a execução financeira aproprie e pague parcelas sem a contabilização da conta contratos. No exercício de 2016, a Coordenação de Contabilidade tornou a solicitar as informações, através do Processo 23326.001909.2016-83 de 09 de março de 2016 e visando facilitar a coleta das informações necessárias ao registro contábil dos contratos a Coordenação de Contabilidade elaborou um formulário que foi encaminhado a Coordenação de Contratos para preenchimento.	
RESTRICÃO	TITULO	GRUPO
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação de Contabilidade

Observação:	O saldo apresentado refere-se a saldo de ordens bancárias devolvidas, na sua maioria por domicilio bancário inexistente. A recomendação ao setor financeiro é que regularize as OBs dentro do mês. O grande volume do OBs devolvidas se dá pela forma de concessão de auxílios aos estudantes. Na sua maioria não possuem conta bancária.
-------------	---

João Pessoa, 11 de abril de 2016.

Kleber C. Marques Neto
Contador 6732-PB